

Formación Profesional y experiencias de grupos populares en Natal-RN (Brasil, 1910-1930)

Renato Marinho Brandão Santos

renato.marinho@ifrn.edu.br

<http://orcid.org/0000-0002-8187-7140>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Natal, Brasil.

Olivia Morais de Medeiros Neta

olivia.neta@ufrn.br

<https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Natal, Brasil.

Recebido: 28/03/2022 **Aceito:** 30/05/2022

Resumen

El artículo analiza las urbs organizadas para o por los trabajadores en la ciudad de Natal en las primeras décadas del siglo XX, prestando atención a los enfrentamientos que surgen debido a los diferentes intereses, visiones y prácticas de los sujetos involucrados, ya sean miembros de los grupos gobernantes o vinculados a grupos populares. Para ello, estudiamos artículos de prensa, libros de registro, informes gubernamentales, resoluciones municipales, entre otras fuentes históricas. Estas fuentes nos muestran una ciudad sometida a importantes transformaciones y nos llevan a comprender que existía un juego dialéctico entre quienes veían la ciudad desde arriba y los sujetos que la practicaban en su vida cotidiana, subvirtiendo muchas veces el orden pensado por los grupos dirigentes. En conclusión, comprobamos que este intento de conformar a los desfavorecidos de la fortuna a un ideal de ciudad sufrió reveses impuestos por los populares que desobedecieron las normas previstas en las resoluciones municipales, insistieron en practicar su zambê, subvirtieron la disciplina en la escuela y crearon sociedades y escuelas para sus hijos. Múltiples estrategias de un grupo polifacético. En común, la idea de resistirse a una orden que se les quería imponer.

Palabras clave: Escuelas. Desventajoso de fortuna. Trabajadores. Ciudad.

Educação Profissional e vivências dos grupos populares em Natal-RN (Brasil, 1910-1930)

Resumo

O artigo analisa urbe organizadas para ou pelos trabalhadores na cidade do Natal nas primeiras décadas do século XX, atentando aos embates que surgem em virtude dos diferentes interesses, visões e práticas dos sujeitos envolvidos, sejam eles membros dos grupos dirigentes, ou vinculados aos grupos populares. Para tanto, são estudadas matérias de jornal, livros de matrícula, relatórios de governo, resoluções municipais, entre outras fontes históricas. Essas fontes nos mostram uma cidade que vive transformações significativas e nos levam à compreensão de que havia um jogo dialéctico entre aqueles que viam a urbe do alto e os sujeitos que a praticavam no cotidiano, subvertendo muitas vezes a ordem pensada pelos grupos dirigentes. Em conclusão, verificamos que esse intento de conformar os desfavorecidos de fortuna a um ideal de cidade sofreu reveses impostos pelos populares, que desobedeciam a normas previstas em resoluções municipais, insistiam em praticar seu zambê, subvertiam a disciplina na Escola e criavam sociedades e escolas para seus filhos.

Múltiplas estratégias de um grupo multifacetado. Em comum, a ideia de resistir a uma ordem que se lhes queria impor.

Palavras chave: Escolas. Desfavorecidos de fortuna. Trabalhadores. Cidade.

Professional Education and experiences of working classes in Natal-RN (Brazil, 1910-1930)

Abstract

The article analyzes schools organized for or by workers in the city of Natal in the first decades of the 20th century, observing the clashes that arose due to the conflicting interests, visions and practices of the subjects involved, whether they were members of the ruling groups or linked to the grassroots classes. For this purpose, sources like newspaper articles, enrollment books, government reports and municipal resolutions, among other historical sources, were scrutinized. These sources show us a city undergoing significant transformations and lead us to the understanding that there was a dialectical game between those who saw the city from above and the subjects who practiced it in everyday life, often subverting the order idealized by the ruling groups. In conclusion, we found that this attempt to conform the underprivileged to a conception of city suffered considerable setbacks imposed by the people, who disobeyed the norms provided by municipal resolutions, insisted on practicing their *zambê*, subverted normativity in School and created their own societies and schools for their siblings. Multiple strategies of a multifaceted group that shared the idea of resisting an order imposed on them.

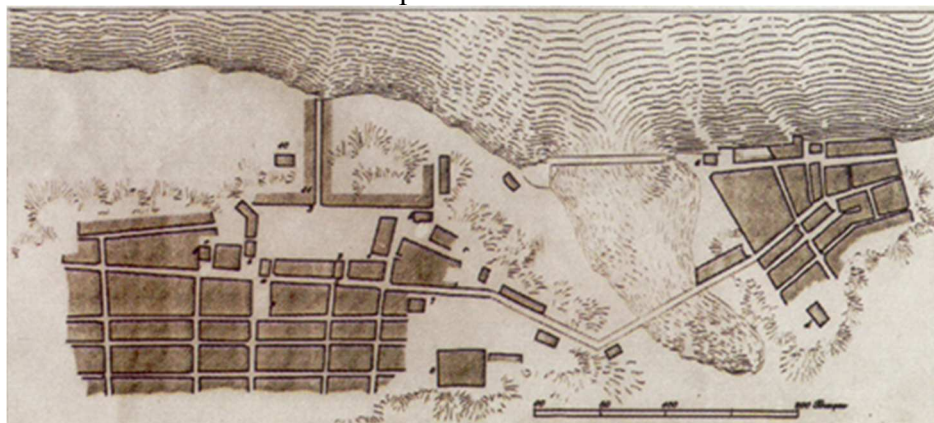
Keywords: Schools. Disadvantaged of fortune. Workers. City.

Introdução

Inicialmente, entendemos ser importante fazer uma breve descrição do espaço-tempo para o qual voltamos o nosso olhar: a cidade do Natal no início do século XX. Esta cidade é capital do estado do Rio Grande do Norte e, no período mencionado, era uma urbe acanhada, com um espaço urbano de dimensões modestas. Havia, no alvorecer do século XX, apenas dois bairros: Cidade Alta e Ribeira. Apesar de geograficamente próximos, eram precariamente conectados. O bonde, puxado a tração animal, foi inaugurado em 1904 e ajudou a diminuir essa distância. Em 1911, com a chegada da eletricidade, esse mesmo bonde conseguiu imprimir mais velocidade, encurtando distâncias e trajetos.

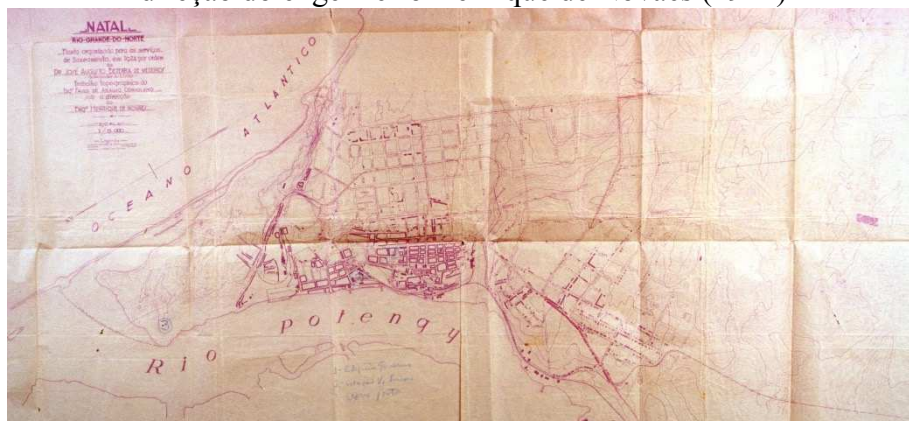
Nesse tempo, o desenho do espaço urbano foi sendo também significativamente transformado, remodelado. Ainda em 1902, a resolução municipal nº 55 estabeleceu o traçado e limites de Cidade Nova (atualmente, Tirol e Petrópolis), primeiro bairro planejado da cidade, com linhas em xadrez, avenidas largas e arborizadas. Por fim, em 1911, uma outra resolução estabeleceu o bairro do Alecrim, já habitado por populares desde o fim do século XIX, como o quarto bairro de Natal. As imagens a seguir nos trazem uma boa perspectiva da ampliação do tecido urbano natalense no início do século passado.

Imagem 1 - Mapa de Natal, elaborado por Candido Mendes em 1864, presente no Atlas do Império do Brasil



Fonte: FERREIRA (2008, p. 49)

Imagem 2 - Planta topográfica elaborada pela Comissão de Saneamento de Natal, sob direção do engenheiro Henrique de Novaes (1924)



Fonte: FERREIRA (2008, p. 100)

Se a primeira imagem sugere uma cidade acanhada, pequena e com espaços desconexos (à esquerda, a Cidade Alta; do outro lado, a Ribeira), a segunda imagem, elaborada pela Comissão de Saneamento de Natal, sob os cuidados do engenheiro Henrique de Novaes, mostra uma cidade que se espalha, como um tecido mais vivo, mais dinâmico, marcado por novos bairros, novas avenidas, espaços que pareciam estar mais conectados, mais próximos.

As transformações pelas quais Natal passou no início do século XX não se limitavam à dimensão física de seu espaço urbano. Neste momento em que a capital potiguar ia se refazendo como cidade, mudanças também podiam ser vistas no campo educacional. Grupos escolares foram abertos – o primeiro deles, o Augusto Severo, inaugurado em 1908 –, bem como escolas profissionais, entre as quais destacamos a Escola de Aprendizes Artífices. Ainda no campo educacional, temos as escolas criadas por organizações operárias da capital:

a Liga Artístico-Operária do Rio Grande do Norte, o Centro Operário Natalense e a União Operária. A Companhia de Aprendizes Marinheiros, surge ainda no século XIX, pelos idos de 1873, mas também merecerá nossa atenção pelas similaridades que guarda com a Escola de Aprendizes Artífices.

É válido lembrar que estamos tratando de um contexto de transições: do século XIX para o XX; da Monarquia à República; da escravização dos negros ao trabalho denominado livre. Nesse contexto, cresce o número daqueles que, na visão dos grupos dirigentes, geravam medo e mereciam vigilância constante. Referimo-nos, em especial, aos pobres e sua prole, mas poderíamos citar também os descendentes de escravizados, os loucos, leprosos e tantos mais que viviam à margem de uma sociedade que se queria civilizada e progressista.

Sobre o crescimento da população local, os censos de 1900 e 1920 indicam um salto no número de habitantes da capital potiguar, que passa de 16.056 habitantes para 30.696, no intervalo de duas décadas (IBGE, 2010). Os dados não são estratificados (verifica-se tão somente a divisão por sexo e idade) e, portanto, não temos como identificar a que grupos/classes pertenciam esses habitantes. Mas os censos da indústria produzidos pela Diretoria Geral de Estatística indicam um substancial crescimento do número de operários no período de 1907 a 1920 no Rio Grande do Norte: de 415 para 2.146. Embora não haja a divisão por municípios, é razoável imaginar que a capital do estado era o local de residência da maioria desses operários, tendo em vista que estamos nos referindo a uma indústria ainda incipiente, que tendia a se localizar nos lugares mais populosos e onde havia mais acesso a recursos.

As mudanças vividas por Natal no início do século XX, inclusive no campo demográfico, levam há dois movimentos para os quais precisamos estar atentos. De um lado, temos os grupos dirigentes tentando endireitar homens que seriam “cheios de vícios, menos moralizados” e que teriam “maior tendência à ociosidade” (CHALHOUB, 2001, p. 48). A Escola, tentaremos mostrar, será o principal caminho para endireitar esses homens, na visão daqueles grupos. Por outro lado, temos o crescimento do operariado local, uma classe que começou a se organizar em Natal (e, podemos dizer, no Brasil) no início do século XX a partir de diversas associações – políticas, recreativas, culturais – e que buscava espaço no cenário político local.

Esse esforço de organização, inclusive com a criação de escolas destinadas aos filhos dos trabalhadores associados, representa para nós uma ação de resistência e, ao mesmo tempo, de construção identitária desse grupo. Entendemos que a historiografia local não deu,

ainda, suficiente atenção a esse movimento, talvez por associá-lo a um peleguismo *avant la lettre*¹, visto que algumas das associações de trabalhadores eram subvencionadas pela municipalidade. Neste artigo, traremos, ainda que de maneira incipiente, um olhar sobre tal movimento. Para tanto, levamos em conta que os sujeitos vinculados a tal movimento não são passivos e não devem ser tratados como tábula rasa². Eles resistem, criam estratégias para se contrapor àquelas dos grupos dirigentes, articulam-se e lutam por espaço no cenário político.

Nosso objetivo será o de analisar escolas organizadas para ou pelos trabalhadores na cidade do Natal nas primeiras décadas do século XX, atentando aos embates que surgem em virtude dos diferentes interesses, visões e práticas dos sujeitos aqui apresentados, sejam eles membros dos grupos dirigentes, ou vinculados aos grupos populares.

Referencial Teórico

Um dos autores que mobilizamos em nossas análises é Michel de Certeau. Em sua obra **A Invenção do cotidiano – artes de fazer**, observamos que o espaço é tecido e retocado pelas práticas. Dando ênfase à urbe, o autor aponta para dois tipos distintos de perspectivas sobre esse espaço: a dos voyeurs e a dos caminhantes. O voyeur é aquele que observa do alto. O que enxerga não é, na visão de Certeau, “outra coisa senão uma representação, um artefato ótico” (CERTEAU, 1998, p. 171).

Essa cidade-conceito identificada do alto é produto de uma utopia elaborada por aqueles que planejam e desenham a urbe e que, por um (ou vários) momento(s), veem-na sem seus praticantes. Podemos dizer, analisando o caso da Natal da virada do século XIX para o XX, que tais sujeitos sonham com uma cidade vazia e esterilizada, sem a presença dos resilientes pobres, desafortunados, que insistiam em praticar a cidade à sua maneira, fosse transformando-a em “campo de criação” (ESCREVEM-NOS..., 1904, p. 1), fazendo um “batuque infernal” (BATUQUE..., 1904, p. 1), ou andando de “pé no chão” (JARDIM..., 1905, p. 1) em uma praça pública.

¹ O termo *peleguismo* é usado, inicialmente, para se referir a um sindicalismo fortemente enredado nas teias do poder do Estado e de seus líderes. O conceito, normalmente, é vinculado à Era Vargas (1930-1945), período em que muitos líderes sindicais foram cooptados pelo governo, refletindo uma falta de autonomia dos sindicatos nesse período, reforçada pela lei de sindicalização de 1931 (Decreto nº 19.770).

² O conceito de tábula rasa é apresentado e defendido pelo filósofo britânico John Locke, em seu *Ensaio acerca do entendimento humano*, originalmente publicado em 1689. De acordo com esse pensador, a mente é “um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia”. Locke, em síntese, defende que “todas os materiais da razão e do conhecimento” são apreendidos pela “experiência” humana (LOCKE, 1999, p. 57).

Os *voyeurs* – *aveles* que gerem a cidade, arquitetam suas formas e linhas, fazem planos para seu futuro crescimento – parecem ter uma aversão aos caminhantes, sujeitos que de diversos modos, por práticas/procedimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos” (CERTEAU, 1998, p. 175), subvertem o espaço planejado, idealizado, sonhado por esses que veem do alto a cidade.

Há, aí, um jogo dialético envolvendo esses *voyeurs* e os caminhantes, que com “os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. [E] formam um desses ‘sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade’” (CERTEAU, 1998, p. 176). Uma cidade real que contrasta firmemente com a cidade ideal, cidade-conceito, aquela forjada pela resistência de seus caminhantes à ordem, à disciplina que se lhes quer impor, resistência ao traçado retilíneo e aos usos pensados pelos gestores e arquitetos para os equipamentos urbanos.

Tentaremos dar conta de compreender alguns desses movimentos e ações de resistência desses grupos populares. Referimo-nos aos desfavorecidos de fortuna, pessoas de pé no chão, operários e seus filhos. Um grupo, sem dúvida, bastante diverso. E variadas também são suas práticas para resistir à ordem que se lhes tenta impor, seja na Escola ou na rua.

Para entendermos como operários se organizaram na Natal do início do século XX e que ações adotaram para alcançar seus objetivos, levaremos em conta os estudos de Cord (2011) e Souza (2020). Ambos os autores, ao trabalharem o movimento operário em Recife em diferentes contextos (Cord se volta aos meados do século XIX, ao passo que Souza observa a transição para o XX), avaliam os contatos das sociedades operárias com aqueles que estavam no poder como estratégia para conquistar direitos e alcançar um protagonismo na cena política, refutando a concepção de um movimento operário submisso aos interesses dos grupos dirigentes.

Metodologia

Entendemos que as escolas, as sociedades operárias e seus públicos estão inseridos em um determinado espaço-tempo que precisa ser compreendido. Diante disso, nossa introdução deseja situar que espaço-tempo é esse, dando destaque às transformações urbanas vividas em Natal/RN, na transição do século XIX para o XX. Observamos como essas mudanças dão sentido às instituições por nós analisadas e guiam também as ações dos sujeitos investigados, sejam eles *voyeurs* ou caminhantes.

Procuramos analisar o jogo dialético entre esses diferentes sujeitos. Aqueles que projetam uma cidade ideal – *sã, bela e imaculada* – vivem um embate com personagens que

leem e praticam a urbe de outra maneira. As matérias de jornal, fonte primordial de nossa análise, escritas pelas mãos dos que viam a cidade do alto, não poupavam esses pobres, desafortunados, os de “pé no chão” por imacularem a utópica cidade planejada por eles. Entendemos que esses embates e tensões dão forma à cidade real, chã, que desejamos pincelar neste artigo.

Sobre as fontes, é válido reforçar que elas não contêm a *verdade* em si, mas trazem representações de uma verdade elaborada por sujeitos que se ligam a um determinado grupo social, com seus modos de vida, valores e costumes próprios. Em síntese, o documento, como dizia Le Goff (1990, p. 547) de maneira muito assertiva, “não é inócuo”. Assim, procuramos inquirir e confrontar as fontes, questionando quem são seus autores, a que grupo(s) se vinculavam, que interesses possuíam e em que contexto se inseriam. Essas questões nos conduzirão em nossa análise, ajudando-nos a construir nossa própria representação desse passado.

Escolas para os filhos dos pobres³

Ontem, o incansável subdelegado de polícia da Cidade Alta, o major Raymundo Filgueira, prendeu o *menor* João Gonçalves Germano, que praticava roubo no mercado público.

Verificando que o *menor* Germano era *órfão e desvalido*, a mesma autoridade mandou apresentá-lo ao Juiz Distrital em exercício, tenente-coronel Adelino Maranhão, que o enviou ao Capitão do Porto desta cidade, afim de fazê-lo seguir para a Escola de Aprendizes [Marinheiros], no Rio de Janeiro (CORREIO..., 1899, p. 1; grifo nosso).

O major Raymundo Filgueira era personagem conhecido nas páginas do jornal *A Republica*, órgão oficial do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte. Foi, por anos a fio, fiscal do 1º Distrito (bairro de Cidade Alta) da capital potiguar. Suas ações nesse posto, somadas a alguns negócios que possuía, levaram seu nome a ser repetido ao menos vinte e três vezes em edições do periódico publicadas entre fins do século XIX e anos iniciais do século XX. João Gonçalves Germano aparece, tão somente, na edição mencionada no início dessa seção. Não sabemos se seguiu mesmo para a Escola de Aprendizes Marinheiros, na então capital federal. Sobre João, sabemos apenas que era menor, órfão e desvalido.

Esses três adjetivos utilizados para definir/classificar João representam características comuns ao público que frequentava as Escolas de Aprendizes Marinheiros e, também, as Escolas de Aprendizes Artífices. O conceito de *menor*, em específico, começou

³ Título da seção inspirado no da tese escrita pela pesquisadora Nina SILVA (2012), **Escola para os filhos dos outros**: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968).

a ser disseminado no final do século XIX e representava aquelas crianças pobres das urbes, que vagavam por suas ruas, praças, muitas vezes imersas no mundo do crime, abandonadas “tanto material como moralmente” (LONDOÑO, 1991, p. 135), tendo em vista que seus pais ou tutores, entregues aos vícios e à vadiagem, não exerciam sobre elas nenhuma autoridade. Nesse sentido, cabia ao Estado guardá-las e cuidar para que fossem tornadas cidadãs úteis. *Menor*, portanto, no contexto em análise, refere-se especificamente ao filho do pobre e não a qualquer sujeito que não tenha idade para responder legalmente por seus atos.

Órfão e desvalido são termos que também se referem diretamente aos filhos dos desafortunados e trazem, assim como menor, a concepção de abandono moral e material. A preocupação do Estado brasileiro em relação ao que fazer com esses sujeitos – menores, órfãos e desvalidos – intensifica-se no contexto de transições que marca a virada do século XIX para o XX, como destaca Santos (2019). Mas ela já era patente, ao menos, desde meados do século XIX, quando foi criada a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros, na cidade do Rio de Janeiro, em 1840.

Como aponta Cunha (2000, p. 112) as instituições escolares criadas pelas Forças Armadas, com destaque para as Companhias/Escolas de Aprendizes Marinheiros, foram as primeiras a “explicitarem a utilização no Brasil [...] de menores órfãos, pobres ou desvalidos, como matéria-prima humana para a formação sistemática da força de trabalho [...]”. Não chegaram, porém, a se configurar como um projeto nacional, como ocorreu no caso das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas no ano de 1909.

Isso porque, se a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros foi criada em 1840, a segunda só viria a surgir quinze anos depois. A de Natal funcionaria, apenas, a partir de 1873. Em geral, embora não compusessem propriamente uma rede de instituições, tinham objetivos parecidos, entre os quais se destacava, na Lei nº 148/1840, o de reforçar as fileiras da Marinha (BRASIL, 1840, p. 33). Para além dessa razão explicitada no documento legal, as Companhias (posteriormente, Escolas) de Aprendizes Marinheiros tinham uma clara função social.

A respeito dessa função, Soares Júnior e Cury (2019) são enfáticos ao afirmarem que as Escolas/Companhias de Aprendizes Marinheiros – com destaque para as de Natal e João Pessoa, por eles analisadas –, intentavam cumprir o papel de

adestrar crianças tanto no que concerne à educação daquelas enviadas pelos pais [...], como daquelas **crianças desvalidas, sem casa, sem família, em condição de vulnerabilidade, realizando uma higienização de possíveis delinquentes e vadios nas ruas das vilas e cidades [...]** (SOARES JÚNIOR; CURY, 2019, p. 115, grifo nosso).

Essas crianças, lembram Soares Jr e Cury, eram muitas vezes “conquistadas no ‘laço’, à força de justiça”. Foi exatamente esse o caso de João Gonçalves Germano, conquistado no laço e destinado a uma cidade que distava da sua milhares de quilômetros e onde não possuía raízes. Cabe informar que, neste momento (1899), a Escola de Aprendizes Marinheiros de Natal não estava mais em funcionamento. Um processo de reagrupamento de Escolas, em 1885, fez com que a escola de Natal fosse fechada, passando o público desse estado a ser atendido pela instituição congênere do vizinho estado da Paraíba⁴.

Se nos meados do século XIX, as Companhias/Escolas de Aprendizes Marinheiros já tinham uma clara função higienizadora, essa função passa a se tornar mais evidente na virada do século XIX para o XX, momento em que João Germano é preso pelo major Filgueira. Foi nesse contexto, marcado por um discurso novo de um novo regime, que os grandes centros urbanos passaram por reformas que alteraram suas feições, caso marcante do Rio de Janeiro, que teve seu centro remodelado pelas mãos do engenheiro Pereira Passos. Esse surto de modernização chegou também a Natal, embora, claro, de maneira mais acanhada, dada a escassez de recursos para reformas mais profundas.

Em comum, fosse no Rio de Janeiro ou em Natal, havia a ojeriza aos pobres, desfavorecidos de fortuna, aos trabalhadores do povo. No jornal de maior circulação no Rio Grande do Norte, o *A Republica*, não foram poucas as matérias e notas a criticarem a ação desses mais humildes, incapazes de compreender os valores do progresso e da civilização, na leitura daqueles que dirigiam o estado e sua capital. Essa aversão aos de “pé no chão”, levou, por exemplo, à criação de um dispensário de pobres na capital potiguar, no ano de 1925 (SANTOS, 2017).

Quanto à Companhia de Aprendizes Marinheiros, com uma estrutura inicialmente precária – o presidente de província referiu-se à sua sede como um pardieiro, antes de reformas realizadas em 1883 (RIO GRANDE DO NORTE, 1883, p. 36) – e dificuldades para preencher as vagas destinadas aos aprendizes, a instituição não teve vida longa em Natal. Criadas décadas depois, as Escolas de Aprendizes Artífices também se destinavam a sujeitos como João Germano e passaram por dificuldades parecidas às enfrentadas pelas Companhias de Marinheiros. Mas conseguiram, não sem remodelações importantes, manter suas portas abertas.

⁴ A reorganização foi proposta pelo Decreto nº 9.371/1884 e atingiu também as Escolas de Espírito Santo e Sergipe, as quais foram incorporadas pela Escola da Bahia; e a Escola de Alagoas, cujo público passou a ser atendido pela instituição congênere localizada em Pernambuco (BRASIL, 1885, p.15).

Em matéria publicada em janeiro de 1910, a tratar da inauguração da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, o redator, sem esconder seu entusiasmo, afirmava que essa instituição prestaria “inestimáveis serviços à nossa terra, fazendo dessa grande quantidade de **pequenos vagabundos** que **infestam** as ruas, habitués das tavernas e das tavolagens, homens úteis, artistas competentes nas diversas profissões em que se desdobra o curso da Escola” (ESCOLA..., 1910, p. 1, grifo nosso).

Restava clara, desde o primeiro momento, a função higienizadora da instituição recém inaugurada. O termo “infestam” associado a “pequenos vagabundos” evidencia que a pobreza é tratada como uma doença, uma mácula para uma cidade que se quer, pelas mãos de seus dirigentes, sã e bela. É ainda válido ressaltar que a dita função higienizadora não se associava apenas à Escola de Aprendizes de Natal, mas sim a todas as demais, como se nota pelo decreto nº 7.566/1909, o qual afirmava que essas instituições deveriam incutir nos jovens desfavorecidos de fortuna “hábitos de trabalho profícuo, que os afastará [sic] da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL, 1909).

Nessas Escolas, o ensino das primeiras letras era associado ao aprendizado de um ofício. Na instituição sediada em Natal, as oficinas em que os aprendizes poderiam incorporar os ditos “hábitos de trabalho profícuo” eram as de sapataria, funilaria, alfaiataria, marcenaria e serralheria. Mas, nos primeiros tempos, eram significativas as dificuldades enfrentadas pelas Escolas, inclusive a de Natal, para se manterem funcionando. A natureza dessas dificuldades era diversa: prédios inadequados, oficinas mal aparelhadas, formação deficitária dos mestres e perfil dos aprendizes eram alguns dos obstáculos elencados nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para explicar os altos índices de evasão e baixo número de concluintes. Nas palavras do Ministro Manoel Queiroz Vieira, as Escolas de Aprendizes

Diferem e hão de diferir por muito tempo dos estabelecimentos congêneres dos países mais adiantados no assunto, como a Alemanha, a Suíça, a Bélgica e os Estados Unidos, porque somos forçados a admitir nelas o analfabeto, sem o que ficariam quase que desertas. Isto só por si bastaria para mostrar a grande dificuldade que se nos apresenta [...] (BRASIL, 1914, p. 28).

Na continuação da fala do Ministro Queiroz Vieira poderíamos observar argumentos referentes a aspectos como estrutura das Escolas e formação precária dos mestres. Contudo, nos chama a atenção, novamente, a referência aos sujeitos para os quais essas instituições se destinavam. Ao afirmar que aqueles que dirigiam as Escolas eram “forçados a admitir nelas o analfabeto”, Vieira exprime uma ojeriza ao público que comporia as Escolas de Aprendizes e não ao grave problema do analfabetismo, do qual esse público era vítima.

Mas seria mesmo o analfabetismo o mais grave (ou ao menos um dos mais graves) problemas enfrentados pelas Escolas de Aprendizizes Artífices? Em que medida esse fenômeno poderia explicar uma evasão que, na média, ficou em cerca de 23,6% na Escola de Natal, ao longo da sua primeira fase de existência⁵?

Os livros de matrículas da Escola de Aprendizizes de Natal nos dão algumas informações sobre quem eram os sujeitos que frequentavam essa instituição e, ao compreendermos um pouco melhor o perfil desse aprendiz, podemos ter subsídios para entender o fenômeno da evasão escolar.

Em geral, os ditos “desfavorecidos de fortuna” ingressavam na Escola com 10 anos de idade, como preconizava o regulamento escolar de 1918, aprovado pelo decreto nº 13.064 daquele ano. Mas era possível ver, em livros de matrícula da década de 1920, alunos a ingressarem na Escola com 8 ou 9 anos de idade. A tenra idade desses aprendizes certamente pode ter-lhes dificultado a adaptação à rotina de estudos e trabalhos nas oficinas, gerando uma evasão significativa. É uma hipótese a ser considerada.

Outro fator que não pode ser esquecido é o local de residência dos aprendizes. Como se observa em Santos (2019, p. 162-174), a Escola, entre 1910 e 1937, esteve sempre localizada no centro da cidade, mais especificamente no bairro de Cidade Alta, onde também estavam presentes outras importantes instituições e equipamentos urbanos. Mas o seu público alvo vinha de regiões um pouco mais distantes, como o bairro do Alecrim. Alguns alunos desse bairro, entre ida e vinda, podiam ter que caminhar cerca de 5 quilômetros por dia para terem acesso à Escola. As caminhadas exaustivas, com sol a pino no retorno para casa, podem ter levado alguns alunos a desistirem dos estudos.

Mas há, pelo menos, mais um fator que contribuiu para a evasão e que deve ser lembrado: o controle disciplinar. Como pudemos observar, a preocupação em controlar, disciplinar uma massa de homens que tenderia, como destaca o decreto nº 7.566/1909, ao mundo dos vícios e dos crimes, esteve sempre entre os principais objetivos das Escolas de Aprendizizes. Podemos asseverar até que a formação de mão de obra representava mais um meio para esse disciplinamento do que um fim em si mesmo.

Dito isso, alguns casos de aprendizes que foram expulsos da Escola de Natal nos chamam a atenção. Em 1924, Altino Dantas, aluno do 3º ano da oficina de Serralheria, com 15 anos, foi “eliminado a bem da ordem” (ESCOLA, 1924). Manoel do Nascimento, com

⁵ Essa primeira fase de existência vai de 1910 a 1937. Em Santos (2019, p. 266), observamos dados de 14 anos, dentro do recorte citado, que nos levam a essa média de 23,6%.

12 anos, foi “eliminado a bem da disciplina” também no ano de 1924 (ESCOLA, 1924). Era, assim como Altino Dantas, aluno da oficina de Serralheria. Leonel Rodrigues de Lima, 12 anos, teve seu nome riscado do livro de matrículas, acompanhado pela observação de que havia sido “eliminado a bem da decência” (ESCOLA, 1924).

Os exemplos citados nos levam à compreensão de que se, por um lado, havia por parte dos dirigentes republicanos a tentativa de conformar os desfavorecidos de fortuna a um determinado ideal de ordem, por outro, esses sujeitos não aceitavam esse enquadramento com passividade, podendo resistir às regras e estratégias de controle adotadas na instituição escolar.

As observações preenchidas ao lado dos nomes dos alunos eliminados eram sucintas e não nos dão uma clara ideia do comportamento ou ação que havia ensejado a expulsão. Descumprimento de regras da instituição, desrespeito à rígida hierarquia que marcava o espaço escolar, balbúrdia em sala de aula ou nas oficinas podem ter sido motivos para eliminações. O que podemos afirmar com mais precisão é que os comportamentos e ações que levaram Altino Dantas, Leonel Lima e Manoel do Nascimento a serem expulsos da Escola não se enquadravam no padrão moral estabelecido pela classe dirigente, indicando que os desafortunados tinham costumes e práticas próprias de seu grupo. As expulsões eram resultado dos embates entre essas distintas visões de mundo.

As Sociedades e Escolas organizadas pelos trabalhadores

Até o presente momento, referimo-nos a escolas feitas para os trabalhadores e seus filhos, genericamente denominados de desfavorecidos de fortuna. Vimos que as instituições tratadas – Companhia de Aprendizes Marinheiros e Escola de Aprendizes Artífices – tentavam conformar os tais desafortunados a um determinado ideal de ordem e de sociedade. Maculados, sujos por um suposto defeito de origem, esse público seria higienizado pelas Escolas.

Mas os desfavorecidos de fortuna não eram tábula rasa. Alguns “barulhos” gerados por esses sujeitos podem ser percebidos no jornal *A República*, escrito pelas mãos do grupo dirigente. Vejamos alguns exemplos.

Reclamação publicada em 1905 referia-se ao “modo descortês” com que “pessoas de pé no chão” (JARDIM..., 1905, p. 1; grifo no original) usavam os bancos da praça Augusto Severo, bairro da Ribeira. Uma matéria publicada em 1904 mostrava a ira de moradores de Cidade Nova, bairro nobre de Natal, com um “batuque infernal” de alguns sujeitos que praticavam o zambê (ou coco de zambê) – dança introduzida no país por negros escravizados

que trabalhavam nos engenhos de açúcar – tratada na matéria como “diversão popular barata” (BATUQUE..., 1904, p. 1). Matéria de 08 de julho do ano anterior, se referia ao coco de zambê como “samba” e afirmava que o “berreiro infernal” era gerado por uma “súcia de vadios” (SAMBA..., 1903, p. 1). Ao fim, a matéria ainda aludia à resolução municipal que criara o bairro de Cidade Nova, de nº 55/1901, conclamando a Intendência Municipal a “retirar todos os casebres” da área que circundava a praça Pedro Velho⁶, centro do bairro *chic* da cidade.

Esses “barulhos” dos populares são entendidos por nós como formas de resistência às ações e estratégias do grupo dirigente, que viam os desafortunados como uma mácula ou mesmo uma doença a ser extinta daquela cidade que se queria moderna, civilizada, sã e bela. Essa resistência poderia se dar também através da organização dos trabalhadores em sociedades instituídas a partir da segunda metade do século XIX.

Antes de tratarmos dessas sociedades, é válido explicarmos a que sujeitos estamos nos referindo. É possível, talvez até provável, que os associados às organizações de que trataremos não estivessem entre os diretamente citados nas matérias há pouco comentadas. Quando nos referimos a grupos populares ou desfavorecidos de fortuna, uma multidão de sujeitos estará implicada nessas genéricas definições. A referência poderá se destinar aos praticantes do zambê no entorno da Praça Pedro Velho; aos sujeitos de “pé no chão” que andavam pelas praças da cidade; àqueles que não tinham nem um teto para protegê-los das intempéries; ou até mesmo a sujeitos como José Pinto, tipógrafo e gerente do jornal *A Republica*. Apesar da proximidade com os donos do poder⁷, pela posição que ocupava, não se pode dizer que José Pinto era um sujeito de grandes posses, nem que tenha sido protagonista na cena política potiguar no início do século XX.

Esses populares, em sua significativa diversidade, tinham também variadas estratégias para “infernizar” a vida dos que estavam no poder e viam a cidade (e seus caminhantes) do alto. Na Escola, poderiam gerar algazaras, questionar a ordem; nas ruas, mesmo naquelas mais *chics*, podiam fazer uma batucada preconceituosamente caracterizada como “infernal”; nas esferas públicas, criavam sociedades, organizações coletivas, capazes de lutar por mais espaço em instituições de poder.

⁶ As duas matérias que mencionam o zambê, “BATUQUE” e “SAMBA”, e uma outra intitulada “VADIOS” (*A REPUBLICA*, Natal, 18 jun. 1903) parecem se referir à mesma moradia, localizada próximo à Praça Pedro Velho, em que eram realizadas semanalmente as reuniões para prática desse Coco de origem africana.

⁷ Para compreender as relações entre José Pinto e membros do grupo familiar Albuquerque Maranhão, além de outros sujeitos do grupo dirigente, ver SIQUEIRA, 2014, p. 193-196.

Não nos resta dúvida de que cada uma dessas estratégias mereceria ser analisada detidamente. Neste artigo, porém, traçamos um panorama geral dessas táticas, suscitando questões que, certamente, poderão ser aprofundadas em outras produções. Dito isso, retornemos à questão das sociedades operárias. Elas começam a ser formadas na capital potiguar no início do regime republicano, como se verifica no quadro a seguir.

Quadro 1 – sociedades operárias em Natal-RN (1890-1930)

Nome	Ano de fundação
Centro Operário Luiz da França	1890
Sociedade dos Artistas 16 de julho	1899
Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense	1904
Centro Operário Natalense	1911
Círculo de Operários Católicos São José	1919
União de Sapateiros	1920
Sociedade de Estivadores Potengi	1923
União Operária	1925?
Sociedade Beneficente Operária da Repartição dos Serviços Urbanos	1927
União Trabalhista	1929
Liga Protetora dos Alfaiates	1930
Liga Protetora dos Sapateiros	1930
Sociedade Beneficente dos Operários do Saneamento	1930

Fonte: Adaptado de SOUZA (2008, p. 118-119).

É preciso admitir que havia, em curso, um movimento de articulação dos trabalhadores e que esse movimento, sentido já em fins do século XIX, ganha impulso a partir da década de 1920. É nesse momento que o jornal *A Republica* tenta traçar um perfil do movimento operário no Rio Grande do Norte. Vejamos:

Incontestavelmente é dignificador o movimento operário entre nós. Sem uma questão social propriamente a resolver, os que vivem do salário se entregam ao trabalho, unidos, em paz, identificados por um só ideal de amor e de solidariedade humana. [...]

Eles querem, dentro dos elos da união, que os deve prender, não somente defender os interesses de sua classe, pacificamente, com o direito e com a lei, mas proteger aos desamparados, acudir aos incapazes e, sobretudo, difundir a instrução dos companheiros que não sabem ler, para que não se deixem explorar pelos aventureiros (IMPRESSÕES... 1924, p. 1).

A matéria nos passa a impressão (sem querermos fazer galhofa com o título) de que os operários no Rio Grande do Norte não tinham razões para lutar ou, para usarmos as palavras presentes na matéria, questões sociais a resolver. A representação do movimento operário como pacífico, ordeiro, guiado por um “ideal de amor e de solidariedade” não é elaborada de modo inocente. Como se observa ao fim do trecho supracitado, havia o perigo dos “aventureiros” que poderiam manipular os supostamente ordeiros operários potiguares. Um desses ditos aventureiros era João Café Filho⁸, que em 1923 liderou a greve dos estivadores, movimento que “terminou paralisando toda a vida da cidade” (SOUZA, 2008, p. 141). Contra Café Filho e outros sujeitos vistos pelos donos do poder como desordeiros, a matéria *Impressões* indicava o exemplo a ser seguido: Jesus, o “divino obreiro” e “primitivo socialista” (IMPRESSÕES... 1924, p. 1).

Seguindo o entendimento de que o movimento operário no Rio Grande do Norte foi pacífico e, em especial, passivo, o historiador Itamar de Souza afirma que, na segunda metade da década de 1920, “as associações operárias passaram por um processo de acomodação aos interesses da classe dominante. [Nesse período], a classe operária do Rio Grande do Norte só fazia duas coisas: homenagear os governantes e alfabetizar os filhos de seus associados” (SOUZA, 2008, p. 114). Souza lembra, ainda, que a ausência de Café Filho nesse contexto – fugiu para Recife após sofrer perseguição política no governo de Antônio José de Mello e Souza (1920-1924) – contribuiu para o esmorecimento do movimento operário local.

Há pontos na fala de Souza que merecem nossa atenção: homenagear governadores e outros políticos vinculados às classes abastadas não seria uma estratégia para angariar apoio político? Alfabetizar filhos de associados não poderia ser um caminho para engajá-los no movimento operário, além, é claro, de franquear-lhes acesso a um saber ainda restrito? Não temos respostas fechadas a essas questões, mas queremos apresentar algumas reflexões que possam indicar caminhos de respostas.

Matéria do *A Republica*, ano de 1913, traz indícios de como agia o movimento operário na busca por mais espaço e protagonismo no cenário político local. A publicação afirmava que

Uma comissão de operários composta dos srs. Francisco Gomes de Albuquerque Silva, João Estevam Gomes da Silva e João Baptista, esteve na Vila Barretto, onde

⁸ A trajetória de Café Filho como sindicalista e político é detidamente analisada por Paulo Cunha (2015), na dissertação intitulada “*Ombro a ombro com os mais fracos*”: a inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade do Natal (1922 – 1937). Também é válida a leitura da autobiografia intitulada *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas* (CAFÉ FILHO, 1966)

foi comunicar ao exmº dr. Alberto Maranhão a resolução dos seus companheiros de classe, que pretendem apresentar candidatos a uma cadeira no Congresso Legislativo e à Intendência Municipal. S. Ex. prometeu prestigiar a nobre iniciativa do operariado riograndense. Para escolherem seus candidatos reúnem-se hoje, em um dos salões do ‘Natal Club’ (VARIAS..., 1923, p. 1).

Pelo que apresenta a matéria, a comissão de operários foi ao encontro do governador Alberto Maranhão para “comunicar” a resolução tomada pelos “companheiros de classe”. Dito de outro modo, os operários tomaram uma decisão coletiva com base nos interesses de classe. Cientes de que precisavam de endosso para que o pleito fosse atendido, buscaram o apoio do governador do estado. A clareza de que esse apoio é concedido vem ao final da publicação, quando se afirma que o governador “prometeu prestigiar a nobre iniciativa do operariado riograndense”. Verificamos, também, que a reunião para definição dos candidatos do operariado ocorreria no Natal Club, sociedade recreativa frequentada pelos grupos abastados da capital potiguar, o que ratifica o apoio dado por Alberto Maranhão.

Não podemos ser inocentes a ponto de desconsiderar o local em que a matéria foi publicada. O jornal *A Republica* era, como dissemos anteriormente, órgão do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte, à época liderado pelo grupo familiar encabeçado pelos Albuquerque Maranhão. É possível (até provável) que a matéria desejasse representar Alberto Maranhão como um governador democrático e aberto aos anseios do movimento operário. Isso não desmerece nossa hipótese de que lideranças do movimento operário, como as citadas na matéria, viam na aproximação a figuras que comandavam o estado e sua capital uma estratégia para alcançar seus objetivos.

Cord (2011, p. 116-117)), em referência ao movimento operário no Recife oitocentista, usa o conceito de “redes de favores” para se referir às benesses ofertadas a personagens do alto escalão político, como por exemplo a concessão de diplomas de classe, em troca de apoio político para que fosse “mais favorável conseguir algumas de suas pretensões. Souza (2020, p. 2), analisando o associativismo dos trabalhadores na mesma cidade, mas já no contexto da República, afirma que “parte considerável dos afazeres dos líderes dos partidos operários consistia em sentar com os donos do poder”. Não teria sido essa também uma estratégia utilizada pelos líderes operários na Natal do início do século XX, em busca de protagonismo político? Ao nosso ver, a resposta é sim.

Por sinal, aqueles operários que se reuniram com o governador Alberto Maranhão tiveram seu pleito atendido. Ponciano Barbosa e o já citado José Pinto foram indicados (e posteriormente eleitos), respectivamente, para os cargos de deputado estadual e intendente. Na década de 1920, mais especificamente no ano de 1925, foram criadas as denominadas

“vagas destinadas à minoria” (O PLEITO..., 1925, p. 1), incluindo uma para a classe dos operários, à época referidos como “artistas”.

É neste mesmo ano de 1925 que vemos uma resolução municipal fazer referência a três escolas organizadas por sociedades operárias: uma vinculada ao Centro Operário Natalense, outra à Liga Artístico-Operária e uma terceira organizada pela União Operária. Cada uma delas recebia uma subvenção da Intendência no valor de 600\$000 (seiscentos mil réis). Esse valor, certamente relevante para o funcionamento das escolas, revela que as sociedades operárias guardavam boa relação com o poder municipal. A iniciativa de “Sentar com os donos do poder” (SOUZA, 2020, p. 2) proporcionava, sem dúvida, ganhos para essas sociedades.

Reflexões finais

A Companhia de Aprendizes Marinheiros, a Escola de Aprendizes Artífices e escolas criadas por organizações operárias da capital como a Liga Artístico-Operária do Rio Grande do Norte, o Centro Operário Natalense e a União Operária eram voltadas (não exclusivamente) aos filhos dos operários, dos pobres ou, para usarmos uma expressão presente em algumas das fontes pesquisadas, desfavorecidos de fortuna. Para aqueles que dirigiam os destinos do país e, de maneira mais específica, para os que comandavam a capital potiguar, importava controlar essa massa de homens desafortunados, os quais seriam, como vemos no discurso presente no decreto nº7.566/1909 e também em relatórios de governo, sujeitos tendentes ao mundo dos vícios, da vadiagem e dos crimes.

A localização das organizações operárias e suas escolas também indica seu prestígio naquela sociedade. O Centro Operário Natalense estava localizado na Rua 13 de Maio, no bairro de Cidade Alta; a Liga Artístico-Operária estava situada na Avenida Rio Branco, principal artéria do mencionado bairro. Assim, mesmo não sendo possível, ainda, definir a exata localização desses prédios, é válido dizer, considerando as dimensões do espaço urbano natalense no início do século XX, que estavam próximos a instituições de poder, como a Intendência Municipal, o Congresso Legislativo e o Palácio do Governo. Também eram próximas à Escola de Aprendizes Artífices, localizada na mesma avenida que sediava a Liga Artístico-Operária. Ficaria essa proximidade restrita ao espaço físico? Não sabemos dizer. Mas podemos supor que algumas trocas e diálogos eram possíveis entre duas escolas localizadas na mesma avenida e destinadas aos desafortunados.

Não identificamos, nos anos seguintes, novas menções às escolas formadas pelas organizações operárias. A continuidade da pesquisa poderá, certamente, trazer mais

esclarecimentos sobre o seu funcionamento e possíveis relações com outras instituições do gênero. Por ora, esperamos que a análise apresentada neste texto possa suscitar questionamentos à concepção de um movimento operário manipulado e dominado pelos grupos dirigentes.

Esses grupos queriam, efetivamente, conformar os desfavorecidos de fortuna (na mais ampla acepção da palavra) a um ideal de cidade e sociedade. Mas esse intento sofreu reveses por parte dos populares, que desobedeciam a normas previstas em resoluções municipais, insistiam em praticar seu zambê, subvertiam a ordem e disciplina na Escola e criavam sociedades e escolas para seus filhos. Múltiplas estratégias de um grupo multifacetado. Em comum, a ideia de resistir a uma ordem que se lhes queria impor.

Referências

BATUQUE infernal. **A Republica**, Natal, 08 ago. 1904.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 148 – de 27 de agosto de 1840**. Fixando as forças de mar para o ano financeiro de 1841 a 1842. *In*: COLLECCÃO das Leis do Império do Brasil de 1840. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1963. tomo 3, parte 1, p. 33-34. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html. Acesso em: 01 fev. 2022

BRASIL. **Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, Luiz Filippe de Souza Leão**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=82&s=0&cv=1&r=0&xywh=-624%2C940%2C3042%2C2146>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Relatorio apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1914**. 1914. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=0&m=62&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-582%2C4256%2C3002>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro belle époque**. Campinas: Unicamp, 2001.

CORD, M. M. Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 109-125, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p109>. Acesso em: 15 out. 2021.

CORREIO. **A Republica**, Natal, 02 fev. 1899.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2000.

ESCOLA. **A Republica**, Natal, 13 jan. 1910.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. **Livro de matrículas (diurno), 1924**, Natal, 1924. [manuscrito].

ESCREVEM-NOS. **A Republica**. Natal, 28 abr. 1904.

FERREIRA, A. L. A. **Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850 a 1969**. Natal: IAB/RN, 2008.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: 01 fev. 2022.

IMPRESSÕES. **A Republica**, Natal, 26 jul. 1924.

JARDIM Publico – Escrevem-nos. **A Republica**, Natal, 11 nov. 1905.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, M. (org.). **A História da criança no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 129-145.

O PLEITO de hoje. **A Republica**, Natal, 06 set. 1925.

RIO GRANDE DO NORTE. **Falla com que o excelentíssimo Senhor Dr. Francisco de Gouveia da Cunha Barreto, Presidente da Provincia, abriu em 09 de fevereiro de 1883, a segunda sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte**. Recife, 1883. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=67&s=0&cv=0&r=0&xywh=327%2C367%2C2080%2C1467>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SAMBA. **A Republica**, Natal, 08 jul. 1903.

SANTOS, Renato Marinho B. **Entre a ordem e o progresso: a Escola de aprendizes artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937)**. Natal: EDIFRN, 2019.

SANTOS, Renato Marinho B. **Natal, outra cidade!:** o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal: EDUFRN, 2018.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Escola para os filhos dos outros:** trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Por uma " Cidade Nova":** apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). 2014. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos; CURY, Cláudia Engler. “Para formar o viveiro de bons marinheiros”: as companhias de aprendizes marinheiros da Parahyba e do Rio Grande do Norte (1871–1890). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 10, p. 112-130, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/581>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOUZA, Felipe Azevedo. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-18, 2020. DOI: 10.5007/1984-9222.2020.e71472. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e71472>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SOUZA, I. de. **A República velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Natal: UFRN, 2008.

VADIOS. **A Republica**, Natal, 18 jun. 1903.

VARIAS. **A Republica**, Natal, 21 ago. 1913.

Autores:

Renato Marinho Brandão Santos

Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho. Atualmente é professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Tem experiências nas áreas de História Urbana e História da Educação Profissional.

E-mail: renato.marinho@ifrn.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8187-7140>

Olivia Morais de Medeiros Neta

Licenciada, bacharela e Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Educação pela UFRN. Atualmente é professora da UFRN, vinculada ao Departamento de Pedagogia, ao Programação de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFRN) e ao Programação de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEP/IFRN).

Tem experiência na área de Educação e História, com ênfase em História da Educação, Teoria e Metodologia da História, Historiografia e Educação Profissional.

E-mail: olivia.neta@ufrn.br
<https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Como citar o artigo:

SANTOS, R. M. B.; NETA, O. M. M. de A. Formación Profesional y experiencias de grupos populares en Natal-RN (Brasil, 1910-1930). **Revista Paradigma**, Maracay, v. 43, Edição Temática 3, p.10-30, sep., 2022.